



CONCURSO PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE-IJUÍ

CARGO

FISCAL TRIBUTÁRIO

5-3-2023

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 25 questões
- Legislação 5 questões

ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
 1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
 2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

BOA PROVA!

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME



C onhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

1. Selecione a alternativa que, de acordo com a lei 5172/66, descreve corretamente a definição de “imposto”.
 - A. () Tributo cobrado mediante lei específica, destinado a custear obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
 - B. () Tributo cobrado pelo setor público em razão do poder de polícia ou da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos divisíveis e específicos, prestados ou postos à sua disposição.
 - C. () Tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
 - D. () Tributo cobrado pelo setor público por serviços colocados à disposição, com contraprestação imediata e direta do Estado.

2. De acordo com a Lei nº 4.320/64 - Normas Gerais de Direito Financeiro, analise as afirmativas a seguir:
 - I. As receitas tributárias podem ser classificadas como receitas de capital.
 - II. Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito privado, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
 - III. Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.Assinale a alternativa que contém corretamente a(s) afirmativa(s) FALSA(S).
 - A. () Apenas as afirmativas I e II são falsas.
 - B. () Apenas as afirmativas I e III são falsas.
 - C. () Apenas as afirmativas II e III são falsas.
 - D. () As afirmativas I, II e III são falsas.

3. A execução fiscal do meio cabível para a realização da cobrança judicial dos créditos tributários está prevista na Lei nº 6.830/80, a Lei de Execuções Fiscais (LEF). De acordo com o descrito no art. 11 da referida lei, a penhora ou arresto de bens obedecerá à seguinte ordem:
 - A. () I - Dinheiro; II - pedras e metais preciosos; III - título da dívida pública; IV - navios e aeronaves; V - imóveis; VI – veículos.
 - B. () I - Dinheiro; II - título da dívida pública; III - pedras e metais preciosos; IV - imóveis; V - navios e aeronaves; VI – veículos.
 - C. () I - Dinheiro; II - título da dívida pública; III - pedras e metais preciosos; IV - veículos; V - navios e aeronaves; VI – imóveis.
 - D. () I - Título da dívida pública; II - dinheiro; III - pedras e metais preciosos; IV - veículos; V - navios e aeronaves; VI – imóveis.

4. De acordo com a Lei nº 6.830/80 - a Lei de Execuções Fiscais (LEF), o executado oferecerá embargos, no prazo corretamente descrito na alternativa:
 - A. () De trinta dias, contados da intimação da penhora.
 - B. () De vinte dias, contados da juntada da prova da fiança bancária.
 - C. () De quinze dias, contados do depósito.
 - D. () De dez dias, contados da juntada da prova da fiança bancária.

5. A respeito da evasão fiscal, analise as afirmativas abaixo:
 - I. Na evasão fiscal, ocorre o fato gerador do tributo e o contribuinte não paga uma obrigação legal.
 - II. Uma característica típica do planejamento tributário é que seus efeitos ocorrem somente após a ocorrência do fato gerador dos tributos.
 - III. A evasão fiscal é uma ação legal praticada com o fim de evitar a incidência tributária ou diminuir o tributo. Considerando as afirmativas acima, marque a alternativa correta.
 - A. () Somente a afirmativa I é falsa.
 - B. () Somente as afirmativas I e II são falsas.
 - C. () Somente as afirmativas II e III são falsas.
 - D. () As afirmativas I, II e III são falsas.



6. A respeito da elisão fiscal, assinale a alternativa correta.
- A. () A elisão fiscal é um conjunto de atos que são autorizados ou que não são proibidos pela lei, adotados por um contribuinte, visando a uma menor carga fiscal, mesmo quando esse comportamento prejudica o Tesouro.
 - B. () A elisão fiscal visa utilizar meios legais na busca da descaracterização do fato gerador do tributo.
 - C. () A elisão fiscal tem por objetivo a ocultação dos fatos geradores ocorridos.
 - D. () A falta de emissão de nota fiscal pode ser considerada um exemplo de elisão fiscal.
7. O empréstimo compulsório está previsto no Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/66. A respeito do empréstimo compulsório, assinale a alternativa incorreta.
- A. () É um tributo, pois atende às cláusulas do art. 3º do Código Tributário Nacional.
 - B. () Somente a União, em casos excepcionais, poderá instituir o empréstimo compulsório.
 - C. () Poderá ser utilizado para atender a despesas extraordinárias decorrentes de guerra externa, ou sua iminência.
 - D. () Todos os entes da Federação têm competência para a instituição do empréstimo compulsório.
8. O art. 198 do no Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/66, descreve o que se denomina "sigilo fiscal". Segundo esse artigo, uma vez que o fisco tem o direito de manusear informações dos particulares, está obrigado, pelo sigilo fiscal, a não divulgar tais informações. Há algumas informações, no entanto, que podem ser divulgadas. Com base no § 3º, são informações que podem ser divulgadas:
- I. Representações fiscais para fins penais.
 - II. Inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.
 - III. Movimentações Financeiras.
- Conforme a proposição acima, marque a alternativa correta.
- A. () Somente os itens I e II são verdadeiros.
 - B. () Somente os itens I e III são verdadeiros.
 - C. () Somente os itens II e III são verdadeiros.
 - D. () Os itens I, II e III são verdadeiros.
9. Conforme o art. 2º do Código Tributário do Município de Entre-Ijuís (Lei 1980/2010), são impostos de competência do Município, exceto o imposto citado na alternativa:
- A. () Imposto sobre Propriedade predial e territorial urbana.
 - B. () Imposto sobre Serviços.
 - C. () Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural.
 - D. () Imposto sobre transmissão "Inter-Vivos" de Bens Imóveis.
10. O artigo 113 do Código Tributário Nacional, Lei nº 5.172/66, trata a respeito da Obrigação Tributária, a qual pode ser principal ou acessória. A respeito da obrigação tributária, assinale a alternativa correta.
- A. () A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador.
 - B. () A obrigação principal tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
 - C. () A obrigação principal, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação acessória relativamente à penalidade pecuniária.
 - D. () A obrigação principal decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.



11. O art. 156 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) trata das modalidades de extinção do crédito tributário. Entre as opções abaixo, assinale aquela que NÃO corresponde a uma modalidade de extinção do crédito tributário.
- A. () O pagamento
 - B. () A Isenção
 - C. () A transação
 - D. () A compensação
12. De acordo com o art. 154 da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, são impostos de competência da União, exceto os citados na alternativa:
- A. () Impostos sobre produtos industrializados.
 - B. () Impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza.
 - C. () Impostos sobre a importação de produtos estrangeiros.
 - D. () Impostos sobre a propriedade de veículos automotores.
13. A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) apresenta as características qualitativas das informações incluídas nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPG). Com base na NBC TSP, assinale a alternativa que contenha apenas características qualitativas.
- A. () A relevância, a representação fidedigna, a materialidade.
 - B. () A tempestividade, o custo-benefício, a comparabilidade.
 - C. () A materialidade, a compreensibilidade, a relevância.
 - D. () A verificabilidade, a relevância, a comparabilidade.
14. A NBC TSP – Estrutura Conceitual, em seu Capítulo 1, item 2.8, afirma que “Governos e outras entidades do setor público devem prestar contas àqueles que proveem os seus recursos, bem como àqueles que dependam deles para que os serviços sejam prestados durante determinado exercício ou em longo prazo”. O atendimento das obrigações relacionadas à prestação de contas e responsabilização que é exercida pela contabilidade aplicada ao setor público pode ser sintetizada através da expressão citada corretamente na alternativa:
- A. () Disclosure
 - B. () Impairment
 - C. () Accountability
 - D. () Valuation
15. Marque a alternativa correta de acordo com a proposição abaixo.
- De acordo com o art. 59 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, “O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:”.
- I. Atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.
 - II. Cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.
 - III. Limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar.
- São verdadeiras as afirmativas:
- A. () Somente I e II.
 - B. () Somente I e III.
 - C. () Somente II e III.
 - D. () A I, II e III são verdadeiras.



16. A respeito do fato gerador dos tributos, assinale a alternativa que apresenta uma definição INCORRETA.
- A. () O imposto sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada desses produtos no território nacional.
 - B. () O imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda e proventos de qualquer natureza.
 - C. () O imposto sobre produtos industrializados tem como fato gerador o seu desembaraço aduaneiro (quando de procedência estrangeira); a sua saída dos estabelecimentos, a sua arrematação, quando apreendido ou abandonado e levado a leilão.
 - D. () O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.
17. A respeito da Obrigação Tributária, faça a correlação adequada.

1. Obrigação acessória	() É aquela que tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.
2. Sujeito ativo	() É a obrigação de fazer ou não fazer alguma coisa, determinada pelo Fisco, com a finalidade de facilitar a arrecadação ou fiscalização dos tributos.
3. Obrigação Principal	() É a pessoa jurídica de direito público, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
4. Sujeito Passivo	() É a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

A sequência correta de cima para baixo é a da alternativa:

- A. () 2-3-1-4.
 - B. () 3-1-2-4.
 - C. () 4-1-2-3.
 - D. () 2-4-3-1.
18. A respeito da competência tributária, citada nos art. 6º a 8º da Lei nº 5.172/66 - Código Tributário Nacional, considere as afirmações a seguir:
- I. A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, e observado o disposto nessa Lei.
 - II. Cabe à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda.
 - III. A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

Marque a alternativa correta.

- A. () Somente as afirmações I e II são falsas.
- B. () Somente a afirmação II é falsa.
- C. () Somente a afirmação III é falsa.
- D. () As afirmações I, II e III são falsas.



19. Conforme art. 9º do Código Tributário Nacional, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar imposto sobre:
- O patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros.
 - Os templos de qualquer culto.
 - O patrimônio, a renda e os serviços dos partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social.
 - O papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.
- Estão corretas as afirmativas citadas na alternativa:
- I e II, apenas
 - III e IV, apenas
 - II, III, e IV, apenas
 - I, II, III e IV
20. Marque a alternativa que preencha corretamente a lacuna do texto referente ao art. 140 do Código Tributário do Município de Entre-Ijuís (Lei 1980/2010).
“O parcelamento do crédito tributário inscrito em dívida ativa será disciplinado por decreto do Executivo, mas não excederá a _____, sem prejuízo da incidência dos acréscimos legais”.
- 24 (vinte e quatro) parcelas mensais
 - 36 (trinta e seis) parcelas mensais
 - 48 (quarenta e oito) parcelas mensais
 - 60 (sessenta) parcelas mensais
21. De acordo com o Art. 129 do Código Tributário do município de Entre-Ijuís (Lei 1980/2010), “Compete à autoridade fazendária, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas tributárias”. A respeito da fiscalização tributária, assinale a alternativa INCORRETA.
- A Fiscalização Tributária será procedida diretamente (pelo agente do fisco) ou indiretamente (por meio dos elementos constantes do Cadastro Fiscal e informações colhidas em fontes que não as do contribuinte).
 - Todas as pessoas passíveis de obrigação tributária, exceto as beneficiadas por imunidade ou isenção, estão sujeitas ao Exercício de fiscalização.
 - O exame de livros, arquivos, registros e talonários fiscais e outros documentos, assim como demais diligências da fiscalização, poderão ser repetidos em relação a um mesmo fato ou período de tempo, enquanto não extinto o direito de proceder ao lançamento do tributo, ou da penalidade, ainda que já lançado e pago.
 - O Agente Fiscal, devidamente credenciado ao exercício regular de suas atividades, terá acesso ao interior de estabelecimentos, depósitos e quaisquer outras dependências onde se faça necessária a sua presença.
22. O Conselho Federal de Contabilidade, em 23 de setembro de 2016, aprovou a NBC TSP (Norma Técnica Aplicada ao Setor Público) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral (destinada a quaisquer grupos de usuários) pelas Entidades do Setor Público. Essa estrutura e as demais normas técnicas aplicadas ao Setor Público destinam-se obrigatoriamente às entidades do Setor Público quanto à elaboração e divulgação dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPG). Em seu Capítulo 1.8 A a D, dispõe que nesse conceito compreendem-se as seguintes entidades, exceto a referida na alternativa:
- Governos nacional, estaduais, distrital e municipais.
 - Fundações (instituídas e mantidas pelo Poder Público).
 - Empresas estatais independentes.
 - Consórcios públicos e outras repartições públicas congêneres da administração direta e indireta.



23. A respeito do ISS, assinale a alternativa CORRETA, de acordo com o Código Tributário do município de Entre-Ijuís (Lei 1980/2010).
- A. () O imposto não incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País, para importadores ou intermediários estabelecidos ou domiciliados no Município de Entre-Ijuís.
 - B. () O imposto incide sobre a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados.
 - C. () O sujeito Ativo do ISS é o prestador do serviço, pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo que tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo Fato Gerador.
 - D. () A base de cálculo do ISS é o preço do serviço, considerando-se “preço de serviço” a importância relativa à receita bruta a ele correspondente, sem quaisquer deduções, ainda que a título de subempreitada de serviços, fretes, despesa ou imposto, salvo os casos especificadamente previstos.
24. A respeito do IPTU, considerando o Código Tributário do município de Entre-Ijuís (Lei 1980/2010), assinale a alternativa INCORRETA.
- A. () A Base de Cálculo do IPTU é o valor venal do imóvel, no tempo em que se materializar o Fato Gerador.
 - B. () O fato gerador do imposto repete-se anualmente, considerando-se ocorrido no dia 31 de dezembro de cada ano civil.
 - C. () O Sujeito Passivo do IPTU é o proprietário do imóvel, o titular do domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título.
 - D. () O preço do metro quadrado de cada tipo de construção será fixado levando-se em consideração: os valores estabelecidos em contratos de construção; os preços relativos às últimas transações imobiliárias; o custo do metro quadrado de construção corrente no mercado imobiliário; quaisquer outros dados informativos.
25. De acordo com o art. 57 do Código Tributário do Município de Entre-Ijuís (Lei 1980/2010), o ITBI tem como hipótese de incidência o item corretamente descrito na alternativa:
- A. () A transmissão de direitos possessórios.
 - B. () O usucapião.
 - C. () A permuta.
 - D. () A promessa de compra e venda.

Legislação

26. O Artigo 8º da Lei Orgânica do município de Entre-Ijuís trata das competências do município, no exercício de sua autonomia administrativa. Dentre as competências arroladas abaixo, assinale com V as verdadeiras e com F as falsas e, no final, marque a letra que corresponde à sequência correta das letras, de cima para baixo.
- () Legislar sobre assuntos de interesse local.
 - () Organizar-se administrativamente tomando como exemplo a legislação de outros municípios de igual porte.
 - () Organizar os quadros e estabelecer o Regime Jurídico de seus Servidores.
 - () Legislar sobre os serviços públicos e regulamentar os processos de instalação, distribuição e consumo de água, gás e energia elétrica e todos os demais serviços de caráter e uso particular.
- A. () V, V, F, F.
 - B. () V, F, V, F.
 - C. () F, F, V, V.
 - D. () F, V, F, V.



27. Marque a alternativa que completa corretamente a afirmação descrita abaixo.
Pela Lei Orgânica do Município de Entre-Ijuís, o servidor será aposentado na forma estabelecida na.....
- A.() Própria Lei Orgânica.
 - B.() Constituição Estadual.
 - C.() Constituição Federal.
 - D.() Lei Orçamentária do Município.
28. Com referência ao novo plano de cargos e salários (Lei 3.610/2022), leia as afirmativas abaixo colocando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s). Após, marque a alternativa correspondente à sequência das letras, de cima para baixo.
- () O plano instituído por essa Lei obedece em parte ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos estabelecido no âmbito municipal, e aplica-se àqueles servidores nomeados para cargo de provimento efetivo do Município, excetuados os ocupantes do Quadro de Servidores da Saúde, disciplinado em Lei específica.
 - () O sistema de carreiras no Serviço Público Municipal atenderá às diretrizes estabelecidas pelo presente diploma legal, oportunizando aos seus membros condições de desenvolvimento e qualificação profissionais, em consonância com os princípios e fins da administração pública municipal.
 - () O quadro de cargos e funções do Poder Executivo Municipal é integrado por:
 - I. quadro dos cargos de provimento efetivo, constituído por três grupos: cargos de nível fundamental, cargos de nível médio e técnico e cargos de nível superior;
 - II. quadro de gratificações;
 - III. quadro dos cargos em comissão e funções gratificadas.
 - () Por essa Lei, entende-se como cargo o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público, mantidas as características de criação por lei, denominação própria, número certo, retribuição pecuniária padronizada, escolaridade e carga horária.
- A.() V, V, F, F.
 - B.() F, V, V, V.
 - C.() F, V, F, V.
 - D.() F, F, V, V.

29. Conforme os artigos 39/40 do Plano de Cargos e Salário da Prefeitura de Entre-Ijuís, o programa de qualificação dos servidores municipais, titulares de cargos de provimento efetivo e em comissão tem como objetivo promover a sua capacitação e aperfeiçoamento, visando a um melhor desempenho de suas funções.

Para a implementação desse programa, a Administração Municipal:

- I. Oportunizará treinamentos, seminários e congressos para os seus servidores sempre que verificada a necessidade, visando dinamizar a execução das atividades dos diversos órgãos.
- II. Autorizará ou determinará o afastamento do servidor, sem prejuízo de sua remuneração, para participar de treinamentos, seminários e congressos realizados nas suas respectivas áreas de atuação.
- III. Auxiliará na aquisição de livros e materiais necessários para a qualificação dos servidores, desde que existente pertinência entre o tema e as funções que exerce o servidor.
- IV. Auxiliará nas despesas com transporte, estadia e alimentação, quando for o caso, nos moldes definidos em lei específica.

Após a análise das afirmativas supra, marque a alternativa que representa a resposta correta.

- A. () Estão corretas as afirmativas I, II, III e IV.
- B. () Estão corretas somente as afirmativas I e II.
- C. () Estão corretas somente as afirmativas II e IV.
- D. () Nenhuma das afirmativas está correta.



30. Sobre o Meio Ambiente, a Lei Orgânica do Município assim se manifesta:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à comunidade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Diante da afirmativa supra, marque a única alternativa incorreta, de acordo com a proposição a seguir:

Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município, supletivamente à União e ao Estado, entre outras:

- A.() Definir, em lei complementar, os espaços territoriais do Município e seus componentes a serem especialmente protegidos, e a forma da permissão para alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- B.() Promover a educação ambiental na sua rede de ensino e a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente.
- C.() Incentivar e apoiar as manifestações comunitárias e de entidades de caráter científico, cultural, educacional e recreativo, com finalidades ecológicas.
- D.() Explorar recursos minerais, inclusive extração de areia, cascalho ou pedreiras, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão competente, na forma da lei.